



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL E CONSERVADORISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE DA CENA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Mariane Suzze Pereira¹
Olegna de Souza Guedes²

Resumo: Este artigo resulta de reflexões realizadas na pesquisa de mestrado e se refere aos determinantes que sustentam a emergência do modelo autocrático no Brasil. Sinaliza aspectos que podem contribuir na análise da cena contemporânea com considerações acerca da expressão de valores conservadores, como autoritarismo e banalização da democracia, reproduzidos na década de 1970.

Palavras-chave: Conservadorismo, Autocracia burguesa, Ideário conservador.

Abstract: This article results from reflections carried out in the master's research and refers to the determinants that support the emergence of the autocratic model in Brazil. It points out aspects that may contribute to the analysis of the contemporary scene with considerations about the expression of conservative values, such as authoritarianism and trivialization of democracy, reproduced in the 70s.

Keywords: Conservatism, Bourgeois autocracy, Conservative ideas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se apresenta como parte das reflexões de pesquisa para dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, cujo objeto é: expressões de adesão e de crítica ao ideário que advém do pensamento conservador, manifestos nas letras de composições de samba compostos durante o período da autocracia burguesa no Brasil na década de 1970. Destacam-se, no artigo, a relação entre aspectos desse ideário e a consolidação da autocracia burguesa que se efetivará nesse período.

Foi na década de 1970 que o Brasil, após o Golpe Militar de 1964, passa pelo período mais repressivo da autocracia burguesa. Sinalizar determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais que levaram o Brasil à afirmação de um modelo de governo

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidades Estadual de Londrina. E-mail: <marianesuzzi@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidades Estadual de Londrina. E-mail: <marianesuzzi@gmail.com>.

autocrático é imprescindível para a compreensão dos valores que serviram como sustentáculos deste processo. Entende-se que esses determinantes convergem para:

Um processo global e unitário- uma unidade de diversidades, diferenças, tensões, contradições e antagonismos. Nele se imbricam, engrenam e colidem vetores econômicos, sociais, políticos (e geopolíticos), culturais e ideológicos que configuram um sentido predominante derivado da imposição, por mecanismos basicamente coercitivos, de uma estratégia de classe (implicando alianças e dissensões). (NETTO, 1996, p. 15-16).

Portanto, o modelo autocrático se dá como uma das estratégias de classe para sustentar a ordem burguesa, assim como o ideário conservador entendido como expressão “particular de um tempo e um espaço sócio histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa.” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 41).

É a partir desta perspectiva que apresentamos, a seguir, parte das primeiras aproximações da pesquisa, que compõe um dos capítulos da dissertação de mestrado em construção e que convergem para sinalizar aspectos que consideramos importantes para entender particularidades da realidade contemporânea brasileira.

Aspectos do ideário conservador e a modernização conservadora na década de 1970: uma das mediações da particularidade histórica da afirmação do capitalismo no Brasil

Alguns argumentos construídos no bojo do ideário conservador, que são sistematizados por Escorsim Netto (2011), se expressam na moralidade brasileira e sustentam a emergência do sistema autocrático. Um deles é o de que “a liberdade deve sempre ser uma liberdade restrita”. Para os conservadores, o ser humano é naturalmente necessário de ser governado por um ser superior. Caso sua liberdade seja ampla, de modo que possa tomar suas próprias decisões, o faria de forma desorientada. Uma das principais críticas dos conservadores era a equiparação entre igualdade e liberdade, pois, para eles, os homens não são iguais naturalmente, cada um possui características diferentes e tem um lugar diferente a ocupar na sociedade. Nas palavras de Nisbet, “Não existe princípio mais básico na filosofia conservadora do que o da incompatibilidade inerente e absoluta entre a liberdade e a igualdade. Esta incompatibilidade provém dos objetivos contrários dos dois valores.” (NISBET, 1987, p.83). A diferença fundamental entre a liberdade e igualdade se dá em que:

A finalidade permanente da liberdade é a proteção do indivíduo e da propriedade da família- palavra usada no seu sentido mais lato, incluindo tanto o imaterial como o material. O objetivo inerente da igualdade, por outro lado, é a redistribuição ou nivelamento dos valores imateriais e materiais numa comunidade, desigualmente distribuídos. (NISBET, 1987, p.83).

Um segundo argumento é o que alerta: “a democracia é perigosa e destrutiva”, sendo identificada como uma forma de governo capaz de oprimir a minoria dos cidadãos. Entregar a soberania de poder ao povo seria impor decisões da maioria, comprimindo a minoria (em quantidade, formada pela classe dominante). A periculosidade da democracia é fundamento para justificar sistemas autoritários de governo. É em troca de defender esta minoria que seus privilégios não serão confiscados e a luta da maioria trabalhadora será travestida como luta por privilégios.

A este argumento soma-se o ataque à racionalidade sob o alerta de que “a razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social”, contrapondo à ideia de que o que deve guiar um povo deve ser os seus sentimentos, o seu coração, pois a razão seria selvagem e destrutiva. O apelo aos sentimentos, nesta reflexão conservadora, revela-se como uma apologia ao irracional. Assim, justifica-se a obediência a uma autoridade superior pela inclinação destrutiva que o homem teria utilizando-se da razão.

Finalmente, outro argumento conservador citado pela autora e que se retoma neste artigo, é o que considera que “a desigualdade é necessária e natural”, naturalizando a superioridade de uma classe sobre a outra. Justifica-se a necessidade de um povo compreender que cada um tem o seu lugar e obrigação no mundo, e que só se alcançará a felicidade através de sua obediência. Os conservadores ainda argumentam que é uma “ficção monstruosa” a ideia de que a desigualdade social pode ser superada. Sendo a desigualdade natural e mais que isso, necessária para a harmonização da sociedade, o desejo pela superação da desigualdade não pode ser visto de outra forma, a não ser como anormalidade. Assim, legitima-se a ação repressora perante as lutas pela superação das desigualdades.

O preconceito para os conservadores é entendido como forma dada por tradição, de padrões de ação para os homens em situações de seu cotidiano. Segundo Nisbet, “Para Burke, o preconceito é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição.” (NISBET, 1987 p.57). Se a autoridade fundada na tradição é um valor defendido pelos conservadores, nada mais lógico do que as formas de perpetuá-la também sejam valorizadas. O preconceito é a reprodução irracional, não refletida, inquestionável pela tradição, de valores, causando a falsa aparência de facilitação e, mais que isso, proteção dos homens perante os problemas da sociedade, gera a tão sonhada, mas ilusória, segurança. Agnes Heller (2000) caracteriza o preconceito como “um tipo particular de juízo provisório”, o juízo de valor é anterior à reflexão acerca de dada aparência e não a ultrapassa. O preconceito só pode ser

superado com a reflexão ética enquanto práxis, enquanto construção de novos valores, que só ocorre quando o homem pode exercer sua racionalidade de forma livre.

A autoridade, para os conservadores clássicos, perpassa pela família, Igreja e Estado. A autoridade está no pai que justifica sua violência para com os filhos dizendo que é o pai e, portanto, é quem manda na casa; está na Igreja, quando alguém questiona o que o padre ou o pastor falou e a resposta é de que existem mistérios que não devemos compreender, apenas obedecer e aceitar, assim perpetua-se a tradição ancorada na irracionalidade; e no Estado, que ao ser questionado responde mostrando seu lado repressivo. Para os conservadores clássicos, o principal problema advindo com a cultura da modernidade era tirar a autoridade da família, do rei, da igreja e a transportá-la diretamente para os homens, os deixando livres para se relacionar, sem uma mediação hierárquica autoritária.

É por compreender que “a significação do golpe de abril, sem menosprezo da contextualidade internacional da contrarrevolução preventiva, deve ser buscada na particularidade histórica.” (NETTO, 1996, p.17) que se dá a necessidade de levantar como se deu o desenvolvimento da sociabilidade brasileira, a construção de sua moralidade, valores, e das expressões conservadoras que aqui se fizeram presentes que serviram como sustentáculos para a emergência de um modelo autocrático de governo.

Nesta perspectiva, são três os fenômenos ocorridos no Brasil citados por Netto (1996) que resultam das particularidades histórico-culturais, sociais e econômicas e que desenham a particularidade brasileira. O primeiro deles é o de que no Brasil a modernização não precisou quebrar com as estruturas anteriores, o que houve foi um arranjo de interesses para que o país entrasse para o mercado mundial capitalista sem abrir mão dos privilégios que obtinha a classe no poder. Ocorre que “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.” (NETTO, 1996, p.18). Ocorre uma modernização na qual se conserva as estruturas anteriores.

O autor estudado define o que ocorre no Brasil como uma “modernização conservadora”. (NETTO, 1996, p.31); uma vez que reveste-se de novas as características já tradicionais da sociabilidade brasileira. Em busca do desenvolvimento e da modernização reatualiza-se a constante prática: adequar à realidade brasileira aos padrões externos para alcançar as vantagens capitalistas.

Os conservadores clássicos, mais que contestar o capitalismo, repudiavam as transformações dos valores que se espalhavam por toda a Europa e que se erigiam sob o modo de produção capitalista e a classe trabalhadora que dele deriva. Trata-se de um contexto em que as condições de exploração e organização do trabalho alimentam possibilidades de análises críticas, tomadas de consciência, inclusive da classe trabalhadora, que levaria às suas formas de resistência. Diante disso, as possibilidades da participação política da classe trabalhadora sempre foram podadas, decorrendo no segundo fenômeno citado pelo autor, referente à

Exclusão das forças populares dos processos de decisão política: foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais lúcidas das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. (NETTO, 1996, p.18).

As massas populares no Brasil pouco tiveram de possibilidade de se colocarem como protagonistas das transformações, tudo que aqui ocorreu foi por imposição de uma cultura superior, a europeia em época de colonização, que se colocou como superior em detrimento de qualquer outra cultura que já existisse ou tivesse sido trazida com os povos negros escravizados. A maior parte da população sempre ficou à margem das decisões públicas, e quando moviam esforços para tal, eram calados por mecanismos dos mais diversos, sejam eles violentos ou na produção de consensos através da reprodução de valores burgueses.

E por último o fenômeno brasileiro citado, consequência dos primeiros, é com relação ao fato de o “específico desempenho do Estado na sociedade brasileira- trata-se da sua particular relação com as agências da sociedade civil.” (NETTO, 1996, p.19). Trata-se de um “Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a imersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos.” (NETTO, 1996, p.19). O Estado sempre interviu impedindo que as forças democráticas se desenvolvessem e colocassem em pauta seus projetos alternativos ao projeto burguês. Sempre que isso começa a acontecer, o Estado forja estratégias de contra ataque.

Bonfim (2015), na análise das principais particularidades históricas que farão diferença na construção da moralidade brasileira, destaca os seguintes fatos: o sistema colonialista; o escravismo; o latifúndio; a maciça presença da Igreja Católica; a idealização da miscigenação das três etnias- indígena, africana e europeia- sob a real submissão da cultura dos primeiros em contrapartida da supervalorização da cultura da última; a não separação do público e do privado; e as já conhecidas conciliações realizadas pelo alto, sem a participação das camadas populares. É possível afirmar,

segundo a autora, que sempre estiveram presentes na história brasileira, as relações autoritárias, desde o período da colonização. Além de que “As respostas dadas às demandas sócio históricas no processo de desenvolvimento do Brasil geraram valores adequados à manutenção das estruturas de poder no país, dando à moralidade brasileira uma essência conservadora.” (BONFIM, 2015, p.94)

A argumentação que ataca a democracia como deletéria também é presente na realidade brasileira, e as “tentativas de participar dos processos decisórios neste país têm sido permanentemente combatidas com repressão.” (BONFIM, 2015, p. 95). Os sistemas de governo contrários à perspectiva democrática, portanto, se fundam na “Ideia de que os homens precisam ser tutelados, devendo suas vontades ser subordinadas àqueles que conduzem a sociedade (teoria da autoridade)”. (BONFIM, 2015, p. 96)

Dessa forma, o Brasil percorreu sua história dando novas roupagens aos valores conservadores que foram se expressando nas formas de intervenção do Estado e finalmente chegamos a um período de afirmação de uma autocracia burguesa. Sempre observando a

Presença de uma moralidade conservadora que se expressa, entre outras ações, através da predominância de relações autoritárias, tanto no que se refere à relação entre Estado e sociedade quanto nas nossas relações cotidianas, dentre elas, as profissionais; na estreita relação entre o público e o privado e na naturalização, criminalização e moralização da "questão social". (BONFIM, 2015, p. XIV e XV introdução)

O Brasil vivenciou pequenos momentos democráticos, tendo na maior parte de sua história, governos autoritários no comando. E foi diante de transformações econômicas que houve no Brasil, em 1964, a necessidade da emergência de um modelo autocrático em resposta a um período onde uma perspectiva democrática predominou.

Os anos que antecedem o golpe de 1964 foram anos de agitação econômica e política. A situação da classe trabalhadora, no fordismo, encontrava-se estável, com bons salários, capacidade de negociação com o patronato e políticas sociais que lhe garantia mínimos sociais, além de direitos trabalhistas compatíveis com a manutenção da condição de vida do trabalhador. Nestas circunstâncias, a classe trabalhadora tinha poder de barganha e conseguia se organizar e lutar por melhorias em suas condições de vida, o que começa a atrapalhar o alcance dos interesses do capital.

Foi durante os anos sessenta que, seguindo a tendência mundial de fortalecimento dos movimentos populares, ocorreram mudanças significativas com relação a algumas das características particulares brasileiras. Segundo Netto:

Por força de um processo cumulativo que vinha dos meados da década anterior- e a que, obviamente, não são alheios os eventos econômicos e políticos ocorrentes na cena internacional-, cria-se uma conjuntura que põe a possibilidade objetiva de promover uma significativa inflexão na sociedade brasileira, alterando e revertendo aquelas linhas de força. (NETTO, 1996, p.20).

Assim, é colocada em questão a histórica não participação popular nas decisões públicas, e o perigo da distribuição do poder entrava na ordem do dia, solicitando estratégias de reação. Tratava-se de uma emersão que, embora não questionasse diretamente a ordem do capital,

Punham a possibilidade concreta de o processo das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo bloco de forças político-sociais poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma nova hegemonia e na implementação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social. (NETTO, 1996, p. 23).

Como na história do Brasil, a participação política das massas sempre foi podada pelas forças conservadoras, a modificação neste âmbito se apresentava como grande viabilizadora de conquistas. Diante desse quadro, a burguesia nacional encarava os riscos que a democracia poderia causar ou aceitava a sua subordinação aos interesses imperialistas. O centro do poder no Brasil se enfrentava, novamente, com o histórico dilema entre a aderir às prerrogativas do capital mundial ou ceder e distribuir seu poder com as classes populares. E, diante das forças democráticas, o “desfecho de abril foi à solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário.” (NETTO, 1996, p.25).

Em meados da década de 1970, assiste-se a decadência da fase fordista, época de grande lucratividade, produção em massa e grande desenvolvimento tecnológico. Começam a ser registrados problemas com relação aos compromissos que o Estado tinha no provimento de políticas sociais e no âmbito dos direitos trabalhistas, até então garantidos. Dessa forma, emerge uma nova fase, onde há precarização dos trabalhadores e flexibilização dos contratos, chamada por David Harvey (1992) de acumulação flexível. A nova fase de expansão capitalista é caracterizada também por investimentos e controle da relação entre produção e trabalho em países emergentes, ou seja, países nos quais o modo de produção fordista associado ao Estado de Bem Estar ainda não se consolidara. Ocorre uma "convergência entre sistemas de trabalho "terceiro mundistas" e capitalistas avançados." (HARVEY, 1992, p.145) com vistas à superação das crises.

Neste movimento, o Brasil, como parte integrante dos países da América Latina é acometido pelo novo contexto e a sociedade brasileira sofre as consequências das crises de forma a reforçar valores que desde tempos coloniais já reproduzia. Assim, o

modelo de governo funcional à nova ordem não poderia mais ser democrático, mas um modelo autoritário que cerceasse a organização da classe trabalhadora.

Com o fim do período de uma experiência democrática, embasado em um modelo de produção fordista, que possibilitava a articulação democrática, entra-se num período autocrático; “era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, instaurando um regime autoritário.” (FAUSTO, 2012, p.255). Assim o golpe de 1964 marca a entrada na fase de consolidação do modelo autocrático burguês brasileiro que sustenta um projeto de modernização conservadora funcional à nova ordem do capital. Com o contexto que antecede ao Golpe de 1964, de expansão dos movimentos sociais no mundo todo é demandado do grande capital uma reação, e

Movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). (NETTO, 1996, p.16).

Os golpes de Estado e a emergência de sistemas autocráticos no mundo se davam objetivando a prevenção do desenvolvimento de forças que poderiam se tornar ameaças revolucionárias e que emergiam dos movimentos de libertação que despontavam no mundo. O que José Paulo Netto chama de “contrarrevolução preventiva” tem como uma de suas mediações as estratégias conservadoras gestadas para inviabilizar que o poder se dissolva e chegue às mãos da classe trabalhadora. Todos os esforços eram no sentido de igualar os processos de produção a nível mundial, anular os movimentos de resistência e conseqüentemente eliminar as ameaças revolucionárias.

Não é atoa que no Brasil, “O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia.” (FAUSTO, 2012, p.257). Democracia porque “embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária.” (FAUSTO, 2012, p.257). Os discursos eram de defender o país do comunismo, sob a moldura de uma democracia abstrata, na qual as liberdades políticas eram cada vez mais restringidas.

Assim, atrasam o desenvolvimento de perspectivas democráticas que vinha ocorrendo no Brasil. Dessa forma, “o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente reacionário- resgatou precisamente as piores tradições da sociedade

brasileira.” (NETTO, 1996, p.25). O golpe de 64 marcou um movimento de extrema preservação do que de mais conservador havia na sociedade brasileira. O poder, que se encaminhava para uma fragmentação e ao alcance da classe trabalhadora, consequência dos processos democráticos, se concentra novamente, unicamente e autoritariamente nas mãos da burguesia.

Apesar disso, tudo acontece com o discurso de que o Brasil estava evoluindo, à custa da diminuição dos espaços democráticos e do antagonismo daqueles que não aceitavam as medidas tomadas pelo Estado autocrático. “O ufanismo da ditadura expresso no slogan “ame-o ou deixe-o” incute em muitos corações e mentes que o Brasil seria o país do futuro.” (PAULA, 2016, p.208). É através desse discurso que o Estado autocrático comete suas maiores atrocidades com aqueles que não amam e nem querem deixar o país. Foi no período do “milagre brasileiro”, que é lançada a marchinha “Pra Frente Brasil”, na vitória brasileira na copa do mundo de 1970, expressando a exaltação de um Brasil “pra frente”, que não se interessa pelos impactos sociais sofridos pela população, e repete “salve a seleção!”, como se nada mais importasse, a não ser os grandes lucros das grandes empresas.

3 Conclusões

Através das reflexões é possível concluir que as condições externas e internas nas quais o Brasil se encontrava em meados da década de 1970, foram totalmente favoráveis a findar num golpe de Estado e na instauração de um modelo autocrático burguês de governo. Trata-se de um contexto de crise do capital e transformações em seus padrões de produção e de circulação, gerando uma sensação de insegurança social.

No Brasil, uma das estratégias foi o apelo à ordem e as instituições autoritárias, ilusoriamente capazes de colocar em ordem o que a desordem própria da nova fase do capital propõe. Foi diante do medo da “desordem” que a população, munida de um conjunto de valores conservadores que sempre estiveram presentes na moralidade brasileira, clamou por soluções drásticas e autoritárias que dessem conta de resolver os grandes problemas e colocasse “a casa em ordem”. O apreço e valor do autoritarismo, advindo do ideário conservador, se fez bastante presente neste momento. Expressões do conservadorismo moral sempre estiveram presentes no Brasil como respostas radicais para solucionar os problemas advindos da “desordem mundial” (HAESBAERT, PORTO-GONÇALVES, 2006), do capital, mas que para o

conservadorismo, é atribuída à classe sem acesso à riqueza social. A ordem do dia impera-se: O apelo à ordem e à estabilidade demanda um Estado autoritário como árbitro.

Na cena contemporânea brasileira, vivencia-se novamente uma crise, que tem como resposta do Estado ações repressivas, o constituindo como responsável pelo controle moral imposto, sobretudo, a partir da culpabilização da classe trabalhadora pelas mazelas inerentes ao capital. O que se vislumbra é um “Estado de exceção” que age como “uma força decisória que pretende fazer que tudo fique em pé quando os alicerces já estão em dissolução” (MENEGAT, 2017). A este controle, soma-se o reforço ao autoritarismo e a subserviência; a criminalização dos despossuídos da riqueza social e a ênfase na meritocracia dos que a possuem; bem como a moralização da vida social.

Destacar evidências empíricas diante de crescentes e fragmentados fatos que nos invadem, cotidianamente, e enviesados por interesses midiáticos, é fundamental para entender aspectos de um movimento histórico autocrático que se consolida, entre outros aspectos, pela moldura do conservadorismo. Contudo, sem analisá-las em sua totalidade, elas se tornam apenas coleções de manchetes de jornais e postagens fragmentadas de uma resistência que não ultrapassa o mal estar coletivo. É nesta direção que torna-se fundamental destacar a relação entre a autocracia burguesa e a reafirmação do ideário conservador que caracterizou a década de 1970, período de análise da pesquisa de mestrado em construção à qual se aludiu na introdução deste artigo. E como a história é construída no movimento dialético de avanços e rupturas, entender mediações desta década é necessário para analisar aspectos da autocracia que se repõe, na contemporaneidade, sob a reatualização da moldura conservadora. Apelos discursivos e iniciativas governamentais impostas sob a forma de decretos legais evidenciam críticas à racionalidade, ao mesmo tempo em que reatualizam, sob diferentes formas, projeções salvíficas. E sob a apologia ao perigo da democracia cultua-se o medo, que converge para a legitimação de uma nova roupagem da velha autocracia burguesa no país.

REFERÊNCIAS

AGNES HELLER. **O Cotidiano e a História**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo Moral e Serviço Social: A particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

- ESCORSSIM, Netto, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2 ed., 5 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- HAESBAERT, Rogério, PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- MENEGAT, Marildo. **A nova guerra total**. No prelo, 2017.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.
- NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, Ltda, 1987.
- PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado Capitalista e Serviço Social**: O neodesenvolvimentismo em questão. Campinas: Papel Social, 2016.